

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO	17
1. O CONTROLDE CONSTITUCIONALIDADE NA ITÁLIA	21
1.1. A Corte Constitucional Italiana.....	24
1.1.1. A composição da Corte Constitucional	24
1.1.1.1. A escolha dos juízes constitucionais	26
1.1.1.2. O mandato, as incompatibilidades e as garantias dos juízes constitucionais	30
1.1.2. O Presidente da Corte Constitucional.....	34
1.1.3. As atribuições da Corte Constitucional	36
1.2. O Controle de Constitucionalidade por via incidental.....	38
1.2.1. O juiz <i>a quo</i>	39
1.2.2. A iniciativa	40
1.2.3. A ordenança de remissão	41
1.2.3.1. O objeto do controle.....	43
1.2.3.2. O parâmetro do controle.....	45
1.2.3.3. O juízo de relevância	46
1.2.3.4. O juízo de não manifesta improcedência.....	47
1.2.3.5. A interpretação conforme a Constituição pelo juiz <i>a quo</i>	48
1.2.4. O procedimento frente à Corte Constitucional	48
1.3. O Controle de Constitucionalidade por via principal	52

1.3.1. Os sujeitos legitimados ao recurso: o Estado e as Regiões	53
1.3.2. A iniciativa	53
1.3.3. O recurso	53
1.3.3.1. O objeto do controle.....	54
1.3.3.2. O parâmetro do controle.....	55
1.3.4. O procedimento frente à Corte Constitucional	56
1.3.5. O controle sobre a lei por via principal nas Regiões com estatuto especial.....	59
1.3.5.1. O controle sobre a lei por via principal na Região Sicília.....	59
1.3.5.2. O controle sobre a lei por via principal na Região Trentino-Alto Ádige	61
1.3.6. O controle sobre os estatutos das Regiões.....	64
 2. A TIPOLOGIA DAS DECISÕES DA CORTE CONSTITUCIONAL ITALIANA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	67
2.1. As Decisões Processuais da Corte Constitucional Italiana	70
2.1.1. As decisões de restituição dos autos ao juiz <i>a quo</i>	71
2.1.2. As decisões de inadmissibilidade	74
2.1.3. As decisões de manifesta inadmissibilidade.....	77
2.1.4. As decisões de extinção	78
2.1.5. As decisões de cessação da matéria do litígio	79
2.1.6. As decisões de impossibilidade de prosseguir.....	80
2.2. As Decisões de Rejeição da Corte Constitucional Italiana	81
2.2.1. As decisões de rejeição e os seus efeitos.....	82
2.2.2. As decisões de manifesta improcedência	84
2.2.3. As decisões de rejeição com advertência ao legislador ...	86
2.3. As Decisões de Acolhimento da Corte Constitucional Italiana.....	87
2.3.1. As decisões de acolhimento e os seus efeitos.....	87
2.3.2. As decisões de ilegitimidade constitucional consequencial	91
2.3.3. As decisões de ilegitimidade constitucional superveniente.....	93
2.3.3.1. As decisões de ilegitimidade constitucional superveniente em sentido estrito	93
2.3.3.2. As decisões de ilegitimidade constitucional diferida	94

2.3.4. As decisões de acolhimento com advertência ao legislador	95
2.4. As Decisões Interpretativas da Corte Constitucional Italiana.....	96
2.4.1. As sentenças interpretativas de rejeição	97
2.4.2. As sentenças interpretativas de acolhimento	99
2.5. As Decisões Manipulativas da Corte Constitucional Italiana.....	102
2.5.1. As sentenças de acolhimento parcial	104
2.5.1.1. As sentenças de ilegitimidade constitucional parcial textual.....	104
2.5.1.2. As sentenças de ilegitimidade constitucional parcial interpretativa.....	105
2.5.2. As sentenças aditivas	106
2.5.2.1. As sentenças aditivas de regra.....	107
2.5.2.2. As sentenças aditivas de princípio.....	109
2.5.3. As sentenças substitutivas	111
3. AS SENTENÇAS ADITIVAS E AS SENTENÇAS SUBSTITUTIVAS E O DIREITO BRASILEIRO	113
3.1. As Sentenças Aditivas e as Sentenças Substitutivas e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal Brasileiro	115
3.1.1. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 – Distrito Federal (ADPF n.º 54-DF)....	116
3.1.2. O Mandado de Injunção n.º 670 – Espírito Santo (MI n.º 670-ES), o Mandado de Injunção n.º 708 – Distrito Federal (MI n.º 708-DF) e o Mandado de Injunção n.º 712 – Pará (MI n.º 712-PA)	135
3.1.3. O Mandado de Segurança n.º 26.602 – Distrito Federal (MS n.º 26.602-DF), o Mandado de Segurança n.º 26.603 – Distrito Federal (MS n.º 26.603-DF) e o Mandado de Segurança n.º 26.604 – Distrito Federal (MS n.º 26.604-DF)	148
3.1.4. A Petição n.º 3.388 – Roraima (Pet n.º 3.388-RR)	155
3.1.5. A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.652 – Distrito Federal (ADI n.º 2.652-DF)	165
3.1.6. A Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.332 – Distrito Federal (ADI-MC n.º 2.332-DF)	168

3.2. As Sentenças Aditivas e a sentenças Substitutivas e o Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	173
CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS	179
ANEXO A	
Artigos 123, 127, 134, 135, 136, 137 da Constituição	191
ANEXO B	
Lei Constitucional N.º 1, de 09 de Fevereiro de 1948	194
ANEXO C	
Lei Constitucional N.º 1, de 11 de Março de 1953	195
ANEXO D	
Lei Constitucional N.º 2, de 22 de Novembro de 1967	198
ANEXO E	
Lei N.º 87, de 11 de Março de 1953.....	199
ANEXO F	
Normas Complementares para os Juízos Frente à Corte Constitucional.....	213
ANEXO G	
Glossário da Corte Constitucional	223
ANEXO H	
Elenco Tipos Sentenças	227
ANEXO I	
Descrição das Tipologias de Sentenças.....	228